



Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Conselho Universitário



1 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO  
2 UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
3 REALIZADA EM 01 DE JUNHO DE 2016  
4

5 Ao primeiro dia do mês de junho de dois mil e dezesseis, nesta cidade de São Paulo à  
6 Rua 6 Sena Madureira, 1500, no anfiteatro do térreo da Reitoria, reuniram-se os  
7 senhores membros do Conselho Universitário da UNIFESP, sob a presidência de  
8 Soraya Soubhi Smaili. Estiveram presentes os membros: Airton Luis Alvares, André  
9 Luiz de Lima, Angelo Amato Vincenzo de Paola, Anita Hilda Straus Takahashi, Arthur  
10 Violante Sapia, Carlos Roberto Nunes, Catarina Segreti Porto, Cecília Fernandes,  
11 Christina Windsor Andrews, Cláudia Mazzei Nogueira, Clélia Rejane Antônio, Clóvis  
12 Ryuichi Nakaie, Daniel Arias Vazquez, Deborah Suchecki, Dulcelina Andrade dos  
13 Santos de Macedo, Emerson Stefanoviciaus D Anela, Emilia Inoue Sato, Esper Abrão  
14 Cavaleiro, Felipe da Silva Lima, Florianita Coelho Braga Campos, Helio Kiyoshi  
15 Takahashi, Henrique Nelson Calandra, Ieda Maria Longo Maugeri, Isabel Cristina  
16 Kowal Olm Cunha, Jane Zveiter de Moraes, Janes Jorge, Janine Schirmer, Joao Aléssio  
17 Juliano Perfeito, Joao Miguel de Barros Alexandrino, Joel Machado Júnior, José Ivaldo  
18 Rocha, José Luiz Martins, Karla Helene Marques Lima, Lidiane Cristina da Silva, Maria  
19 Angélica Pedra Minhoto, Maria Cecília Martinelli, Maria do Socorro Limeira da Silva,  
20 Mavilde da Luz Goncalves Pedreira, Newton de Barros Junior, Patricia Rios Poletto,  
21 Paulo Bandiera Paiva, Reinaldo Salomão, Rosana Fiorini Puccini e Tânia Mara  
22 Francisco. *Justificaram ausência:* Adriano Kasiorowski de Araújo que foi substituído  
23 por: Sinara Aparecida Farago de Melo, Andrea Rabinovici que foi substituída por:  
24 Conceição Vieira da Silva Ohara, Arlindo Flávio da Conceição que foi substituído por:  
25 Rudolf Wechsler, Daniela Finco que foi substituída por: Marcello Simão Branco, Dulce  
26 Maria Fonseca Soares Martins que foi substituída por: Roberto Rudge Ramos, Luciana  
27 Massaro Onusic que foi substituída por: Júlio Cesar Zorzenon Costa, Maria Lúcia  
28 Oliveira de Souza Formigoni que foi substituída por: Debora Amado Scerni, Marimélia  
29 Aparecida Porcionatto que foi substituída por: Dulce Aparecida Barbosa, Olgária Chain  
30 Feres Matos que foi substituída por: João Valdir Comasseto, Ronaldo Adriano  
31 Christofletti que foi substituído por: Rudolf Wechsler, Rosemarie Andrezza que foi  
32 substituída por: Murched Omar Taha, Sérgio Schenkman que foi substituído por:  
33 Caden Souccar, e Sylvia Helena Souza da Silva Batista que foi substituída por: Odair  
34 Aguiar Junior. *Justificaram ausência e não foram substituídos:* Ana Luísa Hofling Lima





Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Conselho Universitário



35 Farah, Luiz Leduino de Salles Neto, Maria Teresa Zanella, Matheus de Faria Modina,  
36 Nadja Simão Magalhães, Regiane Albertini de Carvalho e Valeria Petri. *Não*  
37 *justificaram ausência*: Agnes Araújo Sardinha Pinto, Alvaro Nagib Atallah, Arnaldo  
38 Lopes Colombo, Cristiane de Melo Shirayama, Daniel Cara, Fabio Ruiz Simões, Jose  
39 Osmar Medina de Abreu Pestana, Luiz Roberto Ramos, Matheus Crivelin Zanatta,  
40 Moisés Cohen, Natália Maria Simionato, Nestor Schor, Paola Scanapieco Barros,  
41 Regina Célia Spadari e Tainá Moreira Gatti. Participaram da reunião como convidados:  
42 Adriana Alves Pereira, Ana Paula Nascimento, Maria José S Fernandes, Reginaldo  
43 Fracasso, Sérgio Antonio Draibe, Sérgio Luiz D. Cravo e Yago C Baldin. Tendo os  
44 senhores conselheiros, assinado a folha de frequência e sendo constatado quórum com  
45 55 presentes, a reunião foi iniciada. Na oportunidade, a sra. Presidente passou aos  
46 seguintes **Informes: 1)** para a presente reunião será apresentado, para aprovação, o  
47 novo cronograma para as próximas reuniões do Consu; **2)** a conselheira Ieda Maugeri  
48 apresentou a programação do II Congresso Acadêmico Unifesp, que acontecerá no  
49 período de 6 a 9 do corrente mês. Ela falou da importância do evento e solicitou o  
50 engajamento de todos, para participarem com seus orientandos e divulgarem em seus  
51 campi. Corroboraram a sra. Presidente e outros conselheiros, parabenizando a  
52 comissão organizadora e enfatizando a importância da participação de todos,  
53 lembrando que o período em que ocorrerá o evento, é período de atividades eletivas.  
54 Foi enfatizada também a importância do docente participar em especial quando da  
55 apresentação de trabalho de seu orientando; **3)** a edição nº 6 da revista Entreteses já  
56 se encontra disponível na página da Unifesp. Em breve será liberada impressa e, além  
57 disso, muito em breve, será publicada em inglês; **4)** está sendo formada na Unifesp  
58 uma rede que discute as doenças relacionadas ao Zika vírus, num esforço de buscar  
59 soluções para a sociedade; **5)** foi divulgado o ranking mundial das universidades que é  
60 feito pela THE (Times Higher Education). A Unifesp foi classificada em 6º lugar na  
61 América Latina, e 4º lugar no Brasil, estando atrás da USP, UNICAMP e UFRJ. Já na  
62 **Ordem do Dia**, foi dada continuidade às discussões das propostas para a **Reforma do**  
63 **Estatuto: 1º)** foi apresentada, pela sra. Presidente, **proposta de cronograma** para  
64 as próximas reuniões extraordinárias. Na proposta foi mantida a reunião ordinária do  
65 dia 8, próxima semana, e mais três extraordinárias, sendo que duas delas teriam maior  
66 duração. A sra. Presidente solicitou o comprometimento de todos para que o Consu  
67 consiga vencer a pauta proposta. Outros conselheiros se pronunciaram enfatizando a  
68 questão do quórum e o comprometimento das pessoas para que compareçam e





69 permaneçam nas reuniões. A conselheira Christina propôs colocar em votação,  
70 primeiramente, os artigos que tem mais de uma proposta e, por último, os artigos que  
71 têm apenas uma proposta e a conselheira Emília sugeriu que as reuniões propostas  
72 para ocorrerem o dia inteiro, tivessem seu término definido para as 14h com  
73 interrupção para um lanche. Em sua fala, o conselheiro J. Ivaldo concordou com a  
74 conselheira Emília, e propôs sair do Consu nota de repúdio à violência contra as  
75 mulheres. Já o Dr. Henrique Calandra sugeriu sessões virtuais de votação, a fim de  
76 reduzir o número de sessões. A conselheira Karla falou da necessidade de haver o  
77 compromisso com o horário e, além disso, sugere que não se deem informes nessas  
78 reuniões extraordinárias. Ela defendeu manter as reuniões no horário de meio período  
79 e o cumprimento do horário. A sra. Presidente lembrou que o regulamento está sendo  
80 cumprido e o horário das reuniões é às 8h, em primeira chamada e 8h30, em segunda.  
81 Após as discussões, o calendário foi aprovado da seguinte forma: dia 8 de junho -  
82 reunião ordinária; 15, 22 e 29 de junho - reuniões extraordinárias para a discussão das  
83 propostas de reforma do estatuto. As reuniões agendadas para os dias 22 e 29 terão o  
84 horário estendido até as 14h, com intervalo para o lanche, conforme proposto pela  
85 conselheira Emília. A proposta para votar primeiro os artigos que tem mais de uma  
86 proposta, e depois os artigos que têm apenas uma proposta foi colocada e votação e  
87 aprovada com 1 abstenção e 1 voto contrário. **2º) Proposta de 2º Turno na escolha**  
88 **de Reitor e Vice-Reitor e Diretores das unidades acadêmicas.** A sra. Presidente  
89 esclareceu que essa proposta vem do campus São José dos Campos. Com a palavra, o  
90 presidente da Comissão do Estatuto, Sérgio Cravo, lembrou da aprovação das  
91 propostas referentes a consulta prévia em reunião anterior e que a Comissão traria  
92 para discussão as propostas recebidas. Ele explicou a proposta, dizendo que, quando  
93 tiver a inscrição de mais de 2 chapas, e nenhuma delas alcançar os 50% de votos, será  
94 realizado o 2º turno, do qual participarão as chapas mais votadas no 1º turno. A sra.  
95 Presidente propôs a indicação de um conselheiro para a defesa da proposta e um  
96 conselheiro para falar contra. Com a palavra o conselheiro J. Aléssio enfatizou a  
97 valorização da consulta e a responsabilidade do candidato eleito, quando da realização  
98 do 2º turno. Ele disse também que desta forma, aumentam as chances de outros  
99 candidatos participarem, e no final, teremos um único processo, com 2 participantes.  
100 Concluiu dizendo que a solução reforça o processo de consulta à comunidade. A  
101 conselheira Maria Angélica considerou que a proposta enfraquece a primeira consulta.  
102 Ela disse que é possível saber, entre as categorias, quem são os candidatos mais





103 votados e apontou as dificuldades para se organizar duas consultas em um curto  
104 espaço de tempo. O conselheiro J. Aléssio respondeu que o 2º turno somente  
105 acontecerá se não tivermos candidato eleito com mais de 50% dos votos, ao que a  
106 conselheira M. Angélica disse que isto justifica o enfraquecimento do 1º turno. Com a  
107 palavra, o Procurador, Dr. Reginaldo salientou que o 2º turno dá um caráter diferente  
108 do que foi decidido na última reunião sobre a consulta, lembrando que o Consu decidiu  
109 pela consulta informal e não vinculante. Sendo assim, o Consu decidirá. O conselheiro  
110 J. Aléssio entendeu que houve uma segunda defesa e, diante disto, a sra. Presidente  
111 perguntou se o Conselho considerava que devesse haver mais uma fala em defesa ou  
112 já poderia, a mesa, colocar em votação a proposta. Em votação, com 4 abstenções, a  
113 proposta foi colocada em votação. Antes, porém, o conselheiro Daniel solicitou  
114 esclarecimento sobre o prejuízo da realização do 2º turno. Ele lembrou que, mesmo  
115 havendo segundo turno, a consulta continua sendo informal e não vinculante, ao que o  
116 Dr. Reginaldo respondeu que a ideia é informar para tornar preventiva, mas prefere  
117 esperar a provocação formal para responder. Colocada em votação, a proposta da  
118 realização do 2º turno recebeu 9 votos favoráveis, 40 contrários e 2 abstenções.  
119 Lembrou a sra. Presidente que as pessoas que não estavam no recinto na hora da  
120 votação não foram contabilizadas. **3) Composição do Consu:** a sra. Presidente  
121 informou que vencido o tema paridade na consulta, hoje teremos a constituição do  
122 Consu, art. 8º. O presidente da Comisso, Sérgio Cravo, informou que são 3 propostas,  
123 a saber: uma do Congresso Unifesp, uma da gestão e uma da conselheira Christina  
124 Andrews, lembrando que a proposta do Congresso deverá ser a primeira a ser votada.  
125 Ele enfatizou, dentro do artigo, as sugestões de alteração no que se refere aos  
126 membros natos. A proposta do Congresso Unifesp é de que os membros natos tenham  
127 voz mas não tenham direito a voto e a proposta da conselheira Christina propõe a  
128 retirada dos Pró-Reitores da relação de membros; na sua proposta, os pró-reitores  
129 seriam “convidados permanentes” do Consu. Disse que a proposta se baseava na ideia  
130 de que os membros do Consu devem ser eleitos e os pró-reitores não são eleitos, mas  
131 indicados pelo reitor. Outros pontos foram citados pelo Prof. Sérgio Cravo, por  
132 exemplo, a representação igualitária ou representação por classe; número de  
133 representantes - vamos continuar com 70%, 15% e 15%?; categorias vagas ou  
134 remanescentes - caso não se complete, por exemplo, o número de membros da  
135 categoria de alunos de pós-graduação, as vagas podem ser ocupadas por  
136 remanescentes dos alunos de graduação? A sra. Presidente sugeriu apresentar as





Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Conselho Universitário



137 discussões partindo do ponto “se o Consu será paritário ou não”; em seguida discutir a  
138 questão dos votos dos natos; e depois a representação docente; número de membros e  
139 os subitens. O primeiro ponto trata da composição paritária. A sra. Presidente acredita  
140 que a questão já foi amplamente discutida anteriormente. Sendo assim, ela pergunta  
141 se poderá contar com 1 conselheiro para a defesa e 1 contra. Antes de passar a  
142 palavra aos dois conselheiros (J. Ivaldo a favor e Christina contra), falou primeiro o  
143 Procurador Reginaldo, conforme solicitação do conselheiro J. Aléssio. O Dr. Reginaldo  
144 falou da clareza com que trata a LDB sobre esse ponto, onde 70% do Conselho máximo  
145 da instituição deve ser composto por docente. Em se aprovando a paridade, corre-se o  
146 risco da decisão ser anulada. O conselheiro J. Aléssio solicita esclarecer se o número é  
147 70, 15 e 15%, ou os 30% podem ser de outra forma, ao que responde o Dr. Reginaldo  
148 que 70% é da categoria docente e os outros 30% poderão ser divididos como o  
149 conselho decidir. Com a palavra, o conselheiro J. Ivaldo, falou a favor da paridade. Ele  
150 lembrou que em 2016 foi realizado o Congresso Unifesp, totalmente paritário e  
151 amplamente representado pelas categorias. Nesse congresso foi aprovada, por  
152 unanimidade, a paridade no Consu. Na última sessão do Consu, foi aprovada a  
153 consulta paritária informal e não vinculante. Ele disse que respeita a decisão do  
154 Consu, mas não pode deixar de se manifestar pela decisão do Congresso e pela  
155 democracia. A conselheira Christina ressaltou que o papel da universidade em uma  
156 democracia é cumprir o seu papel para com a sociedade. Disse que esse papel se  
157 perde, quando se traz para dentro da universidade o corporativismo, que em sua  
158 análise, sempre esteve associado a regimes autoritários, citando os casos do Brasil,  
159 Itália e Portugal. Ela disse estar tranquila, pois valoriza o trabalho dos TAEs e a  
160 dedicação dos estudantes, mas que a universidade pública não foi criada para atender  
161 aos interesses de suas categorias internas. Observou ainda que a Lei tem fundamento  
162 moral, não é simplesmente arbitrária, concluindo que a Lei de Diretrizes e Bases da  
163 Educação (LDB) é produto de nossa democratização. Na sequência foram votadas as  
164 seguintes propostas: 1 - favoráveis ao Conselho paritário e 2 - favoráveis a 70%  
165 docentes. A proposta 1 recebeu 1 voto; a proposta 2 recebeu 41 votos; 10 conselheiros  
166 se abstiveram. A conselheira Karla declarou seu voto, dizendo que os alunos e os TAEs  
167 decidiram se abster neste ponto. Ela falou do corporativismo por parte dos docentes,  
168 da importância dos TAEs nos diversos seguimentos e departamentos da instituição e  
169 da necessidade de mudar essa questão para que todos sejam considerados de forma  
170 paritária. O conselheiro suplente Rudolf declarou seu voto, dizendo que se absteve por







Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Conselho Universitário



171 considerar que o assunto deveria ser mais aprofundado. Os conselheiros Cecília e J.  
172 Ivaldo também fizeram esclarecimentos e o segundo disse que defende o fato de que a  
173 luta faz a lei, e foi coerente com seus princípios, embora conhecesse as dificuldades. O  
174 próximo ponto conta com as seguintes propostas: 1 - direito de voz e voto por parte  
175 dos membros natos; 2 - pró-reitores como convidados permanentes, porém, sem  
176 direito a voto. Após os esclarecimentos do presidente da Comissão, Sérgio Cravo, a  
177 sra. Presidente fez um resumo dos destaques, considerando: proposta 1 - todos os  
178 natos sem direito a voto (são natos: Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores e Diretores das  
179 Unidades Acadêmicas); proposta 2 - que os Pró-Reitores sejam convidados, sem direito  
180 a voto. Vários conselheiros se manifestaram, entre eles, o conselheiro João Aléssio que  
181 defendeu a permanência, como membros, apenas dos docentes eleitos, lembrando que  
182 entre os natos, apenas os Pró-Reitores não são eleitos, mas indicados para o cargo e,  
183 portanto, cargos de confiança Reitor. Ele acrescentou que os indicados não devem ser  
184 computados como quórum. Quanto ao reitor e vice-reitor, ele lembrou que esses são  
185 eleitos. A conselheira Débora Amado defendeu a permanência dos pró-reitores com  
186 direito a voto. Ela disse que no Consu, os pró-reitores representam seu conselho.  
187 Outras falas enfatizaram o fato do Reitor já contar com quase 10% dos votos para as  
188 decisões do Consu. A conselheira Soraya também se manifestou, lembrando que por  
189 muito tempo foi contrária a permanência do pró-reitor como membro, porém  
190 atualmente, olhando para a gestão de uma outra posição, mudou sua opinião. Disse  
191 que no conselho onde o pró-reitor é o presidente, este vota apenas em casos de  
192 desempate, enquanto que no Consu, ele representa o seu conselho. Lembrou que  
193 quando o Consu e a comunidade elegem o reitor, o colegiado escolhe uma plataforma,  
194 e os pró-reitores indicados são sabatinados neste Conselho, e podem não ser aceitos.  
195 Ela lembrou também que os diretores têm assento em todos os conselhos, ao passo  
196 que os pró-reitores somente no Consu. Para concluir, ela salientou a importância do  
197 pró-reitor no Consu, defendendo as posições de seu colegiado. Na continuidade das  
198 colocações, as falas foram no sentido de que no estatuto não determina que o pró-  
199 reitor não possa votar em seu conselho. Também foi levantada a questão da  
200 governabilidade e lembrado que a tendência desses assessores é votar com o reitor.  
201 Levantada a questão da representatividade dos campi, cujos diretores representam  
202 seu campus neste Conselho, e votam. Foi sugerido que o pró-reitor seja computado no  
203 quórum, porém lembrado que se é contado como quórum, terá direito a voto. Com  
204 relação ao número de pró-reitores, ainda foi salientada por um dos participantes, a





Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Conselho Universitário



205 questão das decisões centralizadas. Contra argumentando, a conselheira M. Angélica  
206 exemplificou, falando do Conselho de Graduação, onde os diretores trazem a decisão  
207 de suas congregações. Ela considerou que o Conselho de Graduação é tão legislativo  
208 quanto o Consu. O conselheiro J. Alexandrino falou da legitimidade do Diretor, que é  
209 eleito, e sugeriu adequar, no futuro, as formas de indicação do Pró-Reitores. O  
210 conselheiro J. Ivaldo solicitou do procurador esclarecimentos sobre o que são  
211 Conselhos Centrais, entendendo que são comuns à Universidade; e sobre os demais  
212 conselhos, entende que são específicos das Unidades. O Dr. Reginaldo respondeu que  
213 ainda precisa se aprofundar nesta questão, mas considera que vale a regra para todos  
214 os conselhos da universidade. Os pró-reitores tem assento e direito a voto, mas na  
215 prática acabam não votando em seus respectivos conselhos. Acontece aqui também, a  
216 reitora acaba não votando, embora tenha direito. Sobre a governabilidade, ele falou de  
217 sua preocupação de, no futuro, a universidade se deparar com impasses de conflitos  
218 entre o Consu e a gestão. Ele considerou que a questão deve ser aprofundada o  
219 máximo possível. Sobre o paralelo entre o executivo e o legislativo, salientou que aqui  
220 são aprovadas as normas que são cumpridas pelo executivo, porém pela lei que  
221 transformou a EPM em Universidade, consta que a gestão da universidade é realizada  
222 pela reitoria e pelo Consu, portanto, este é um órgão legislativo. A gestão é feita pelas  
223 Pró-Reitorias, diretorias etc e, em alguns momentos, as questões vêm para decisão  
224 aqui, junto aos representantes eleitos. Ele considera que subtrair os votos dos pró-  
225 reitores é inadequado. Ele lembra que os 7 votos podem ser decisivos, porém se os  
226 demais membros forem contrários, o desejo da comunidade vai valer. O conselheiro J.  
227 Aléssio perguntou se, do ponto de vista legal, há algum problema se o pró-reitor votar  
228 ou não, ao que o Dr. Reginaldo responde que não há problema, porém se constar do  
229 quórum, ele deve votar, senão não dá os 70% de docentes. A convidada M. José teve  
230 autorização para falar e defendeu o direito de voto dos pró-reitores, uma vez que  
231 considerou que este Conselho é o local onde tudo é decidido. Ela falou de sua visão  
232 atual sobre a participação dos ocupantes desses cargos. A conselheira Isabel Cunha  
233 pontuou, em especial, a questão da governabilidade. Ela lembrou que, quando o pró-  
234 reitor está no cargo, este compromete seu patrimônio pessoal, portanto, ele deve ter  
235 direito a votar do colegiado que, segundo ela, não é um órgão só legislativo, mas  
236 executivo também. A conselheira Tânia Mara falou da responsabilidade administrativa  
237 e lembrou que, por lei, a Universidade terá de incluir os membros deste Egrégio  
238 Colegiado no rol de responsáveis no SIAFI (Sistema Integrado de Administração





Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Conselho Universitário



239 Financeira do Governo Federal). Ao final das discussões, foram apresentadas 2  
240 propostas, descritas a seguir sendo que, se a primeira não for vencedora, encaminha-  
241 se para a votação da segunda proposta. E, se a segunda proposta não for aceita, o  
242 artigo permanece como está. Feitos os esclarecimentos, o tema foi colocado em  
243 votação da seguinte forma: Proposta 1 - todos os membros natos não votam. A  
244 proposta recebeu 46 votos contrários e 3 abstenções, sendo que a sra. Presidente  
245 deixou de votar. Proposta 2 - os pró-reitores não votam, porém são convidados  
246 permanentes. Esta proposta recebeu 14 votos favoráveis, 31 contrários e 7 abstenções.  
247 O conselheiro Daniel declarou seu voto, dizendo que o tema não foi discutido no  
248 campus Guarulhos, propõe estudar esta situação também para os campi. O próximo  
249 ponto, composição da representação docente, foi apresentado pela sra. Tânia Mara,  
250 membro da Comissão em substituição ao presidente, que teve de se ausentar. Foi  
251 questionado o quórum e a condutora do assunto perguntou se todos queriam fazer um  
252 intervalo, porém o conselheiro J. Ivaldo lembrou que essas saídas dos membros para o  
253 café acontecem com frequência, e o quórum deve ser verificado no momento da  
254 votação. A conselheira Tânia apresentou as propostas, a saber: a proposta do  
255 Congresso é no sentido de que os docentes devem ser eleitos sem distinção de  
256 categoria ou de campus, e garante a representação de 1 candidato eleito por campus,  
257 sendo que as demais vagas serão ocupadas pelos mais votados, independente do  
258 campus; a proposta da conselheira Christina foi lida pela relatora, esta distingue as  
259 categorias e propõe a manutenção da proporcionalidade entre classes docentes; a  
260 proposta da gestão, divide a representação dos docentes por categoria, na proporção  
261 de um terço e inclui o diretor do Hospital Universitário. A relatora leu as três  
262 propostas. A conselheira Christina esclareceu que a sua proposta para o presente  
263 artigo estava ligada a proposta anterior, relacionada a exclusão dos pró-reitores,  
264 sendo assim, o número de representantes por ela propostos não atende a  
265 proporcionalidade e as contas devem ser refeitas. Ela explica que a proposta é manter  
266 o mesmo critério de proporcionalidade entre as classes docentes. A sra. Presidente  
267 propôs encaminhar da seguinte forma: apreciar o ponto da representação docente, se  
268 estratificada ou abrangente. Se vencer a estratificada, discutiremos a proporção e, ao  
269 final, será apreciado o ponto dos números. Ela informou ainda que na presente reunião  
270 será discutida apenas a representação docente. Todos concordaram com o  
271 encaminhamento. Ela acrescentou ainda que aqui deve ser discutida se a  
272 representação docente será por classe ou se deverá ser geral. Se o Consu entender







Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Conselho Universitário



273 que deve ser por classe, serão discutidas as proporções. Em virtude de dúvida do  
274 ponto estar devidamente esclarecido, a sra. Presidente sugeriu abrir para duas defesas  
275 a favor de que seja global e duas defesas contrárias, isto é estratificada. Em seguida,  
276 será verificado se há necessidade de abrir para outras falas. O convidado Sérgio  
277 Draibe sugere confrontar, em primeiro lugar, o status quo ante com a proposta do  
278 Congresso. Uma vez decidido, parte para os detalhamentos. A mesa entende que não  
279 deve ser votado em bloco. Com a palavra, o conselheiro Daniel falou em favor da  
280 representação ampla dizendo que categoria docente é docente. Ele disse que gostaria  
281 de votar em outra categoria, em outras pessoas e não vê necessidade de cota por  
282 categoria. Ele lembrou também que já aconteceu de representante da categoria mudar  
283 na carreira e deixar de ser representante e acrescenta ser categoria única um avanço  
284 na representatividade. O convidado Sérgio Draibe considerou importante esclarecer  
285 que, uma coisa é votar e a outra é não ter representação proporcional por categoria, e  
286 o conselheiro Daniel ponderou que se for por essa lógica haverá dificuldade e teremos  
287 que decidir se iremos por uma lógica de segmentação ou uma lógica ampla. A  
288 conselheira Christina falou em defesa da estratificação. Ela entende que o Consu se  
289 beneficia com a participação de membros docentes mais experientes e não porque  
290 acredita no pressuposto de que as diferentes classes docentes têm pensamentos  
291 necessariamente distintos. A conselheira propõe que o representante docente que  
292 progride na carreira não deve perder seu mandato e que seja incluída a representação  
293 da nova categoria docente na Unifesp, a dos docentes de Ensino Básico, Técnico e  
294 Tecnológico (EBTT). Ela considera que é importante a representação desta classe  
295 docente, lembrando que as docentes de EBTT, se forem concorrer por uma vaga como  
296 representantes no CONSU com as demais classes docentes, dificilmente serão eleitas,  
297 pois são apenas sete diante de mais de mil docentes das demais classes. Ela lembrou  
298 ainda que a falta de distinção entre as classes poderia levar à predominância de  
299 representantes de adjuntos e que os campi que têm maior número de docentes  
300 poderão eleger todos os representantes no Consu, citando o caso de Guarulhos, onde  
301 está o maior número de adjuntos. Ela defendeu, portanto, a necessidade de todas as  
302 classes de docentes estarem representadas, até pela necessidade do colegiado ouvir as  
303 experiências específicas de cada uma das classes. O conselheiro J. Alexandrino  
304 defendeu a representação global, defendendo a coesão entre as categorias. Sugere um  
305 meio termo, garantir a representação igual das três categorias, porém que cada  
306 candidato seja votado por toda a comunidade docente. O conselheiro Reinaldo também





307 falou em defesa da estratificação. Ele considerou interessante a representação do  
308 docente por outras categorias, porém considerou importante reconhecer as etapas de  
309 progresso e assim a representação estratificada das categorias. Ele lembrou que há  
310 algum tempo, os professores titulares eram membros natos do Consu, e hoje eles  
311 também são representados, sendo assim, considera que isto já contempla a valorização  
312 das categorias. Concluiu que não se deve perder as características, e que os docentes  
313 devem representar a categoria docente. Outros membros também se manifestaram e a  
314 conselheira Emília defendeu a vivência na instituição até porque corre-se o risco de  
315 uma única categoria eleger todos os representantes. O conselheiro Janes falou em  
316 favor do voto global, lembrando que esse grande número de docentes da categoria dos  
317 adjuntos é resultado da expansão, e isto não vai perdurar no futuro. Ele não vê risco  
318 da representação trazer o predomínio de um campus ou de uma categoria. A  
319 conselheira Cláudia lembrou que há uma lei que será votada e vai congelar tudo na  
320 carreira. Ela perguntou o que seria prestígio, quando o conselheiro Janes diz que o  
321 docente que tiver maior prestígio provavelmente será o mais votado. A conselheira  
322 Soraya falou de sua experiência, olhando de forma abrangente. Ela falou da  
323 importância de todos, de todas as vivências, do mais jovem ou do mais experiente. Ela  
324 defende uma representação docente, que não seja da forma como está, mas que seja  
325 proporcional ao número de membros do estrato, isto é, das categorias, sem fixar uma  
326 porcentagem. Ela falou dos diferentes números das categorias, lembrando que a  
327 instituição ainda tem assistentes, auxiliares e agora, educação básica. Enfatizou  
328 também a importância da representação dos titulares e dos associados, porque trazem  
329 a experiência e o conhecimento da instituição. Lembrou que, se deixarmos aberto, por  
330 mais que se faça campanha, mesmo que os candidatos demonstrem sua experiência,  
331 pela diferença do número de docentes nas categorias, a tendência é ter um conselho  
332 não tão representativo. A conselheira Karla sugeriu pensar por campus, dividindo a  
333 proporcionalidade para cada um deles e dentro disto, vagas de associados e adjuntos,  
334 com votação geral. O conselheiro J. Aléssio considerou importante lidar com o novo e  
335 com o experiente, mas falou na linha da conselheira Soraya. Ele considera que todas  
336 as categorias de docente votarem no docente, resolveríamos todos os problemas dos  
337 campi. A partir daí, sinalizamos para a universidade de que tanto faz progredir, para  
338 crescer dentro dos conselhos da universidade. Sugere que este ponto seja melhor  
339 debatido. Sobre a representação dos campi, ele disse que o representante é o Diretor,  
340 e que os docentes representam a categoria. As falas que sucederam também





Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Conselho Universitário



341 demonstraram dúvidas sobre o ponto. Sendo assim, a sra. Presidente sugeriu que  
342 alguns dos membros discutissem entre si e trouxessem uma proposta convergente  
343 para a próxima reunião. Ela sugeriu que os conselheiros Christina Andrews, João  
344 Alexandrino e João Aléssio, juntamente com o convidado Sérgio Draibe fossem as  
345 pessoas que fariam essa proposta intermediária. Nada mais havendo a tratar, para  
346 constar, eu, Andréia Reis Pereira Meleti, secretária, lavrei a presente ata que, após  
347 aprovada, será assinada por mim e pela Senhora Presidente.

348

349

350

351

Soraya Soubhi Smaili  
Reitora  
Presidente do Conselho Universitário

352

353

354

355

356

357

Andreia Reis Pereira Meleti  
Secretária do Conselho Universitário

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

